



Actual 1 programa de estabilidade e crescimento

IRS aumenta este ano e subsídio de desemprego baixa

Retenções na fonte. Governo pode aumentar o desconto para o IRS já no final de Abril, reduzindo os salários dos trabalhadores

RUDOLFO REBÊLO

Os novos limites ao subsídio de desemprego entram em vigor já este ano e os contribuintes terão o imposto sobre os rendimentos – salários, rendas e juros – (IRS) aumentado também este ano, de acordo com declarações de Teixeira dos Santos, ministro das Finanças. O Governo pode decidir aumentar, já em Abril, as retenções mensais na fonte em IRS, diminuindo as remunerações dos trabalhadores por conta de outrem.

O aumento das retenções mensais de IRS – descontado pelas empresas e entregue ao fisco – terá efeito negativo nas remunerações nos finais de Abril. Em contrapartida, o Governo aumenta o encaixe fiscal por conta do reembolso do imposto a liquidar em 2011. Caso o Executivo opte por “ajustar” a retenção na fonte do IRS já em Abril, os empregados por conta de outrem irão receber menos dinheiro no final do mês.

Teixeira dos Santos, em entrevista ao *Jornal de Negócios*, confirma que os limites às deduções fiscais e a nova taxa de 45% – a ser aplicada sobre rendimentos acima dos 150 mil euros – têm efeitos sobre os rendimentos auferidos já este ano.

Ainda não está definido o corte nas deduções ao imposto (*ver caixa em baixo*), mas o Executivo espera, no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), taxar entre os cem euros e os 700 euros, de acordo com os vários escalões de rendimentos, o que vai pesar na

carteira de mais de três milhões de contribuintes.

Só no aumento da receita com o IRS – por intermédio de menores deduções –, o Governo espera um encaixe de 400 milhões de euros por ano. No total, com a tributação das mais-valias e os limites aos benefícios fiscais às empresas, Teixeira dos Santos afirma que os cofres do Estado podem beneficiar com 800 milhões de euros, cerca de

0,5% da produção final do País (PIB).

Já depois de Teixeira dos Santos sinalizar “ajustes” na estrutura do subsídio de desemprego – afirmando que, em alguns casos, o subsídio aos desempregados possa ser inferior ao salário mínimo – também ontem, Helena André, ministra do Trabalho e da Segurança Social, revelou a vontade do Governo em limitar as transferências para os desempregados.

A intenção do Governo é “ajustar” em baixa o subsídio de desemprego e cortar a possibilidade de recusa ao trabalho com base em argumentos de que o salário oferecido não é “suficientemente atractivo”.

Helena André afasta a possibilidade de retirar os apoios ao desemprego, mas deixa implícita a existência de abusos na atribuição e manutenção do subsídio. “Num momento em que os números do desemprego continuam elevados”, afirma a ministra, citada pela agência Lusa, “e quando existem necessidades de mão-de-obra em vários sectores da economia, não podemos continuar com este paradoxo de existirem muitas pessoas desempregadas e, ao mesmo tempo, postos de trabalho que não são preenchidos”.

Realçando que “todas as medidas que permitam apoiar os desempregados a voltar ao mercado de trabalho são para o Governo, objectivo prioritário”, a ministra Helena André promete rever os subsídios “com os parceiros sociais, em sede de concertação social”.

REACÇÕES

“São medidas corajosas que permitirão a Portugal corrigir a situação desfavorável das contas públicas”

JEAN-CLAUDE JUNCKER
PRESIDENTE DO EUROGRUPO

“É vergonhoso o que o Governo quer fazer ao subsídio de desemprego, responsabilizando os desempregados por não voltarem ao trabalho”

MANUEL CARVALHO DA SILVA
SECRETÁRIO-GERAL DA CGTP

“O PEC garante um défice de 3%, mas à custa do aumento dos impostos e sem medidas estruturais. Daqui a três, quatro anos, voltamos ao mesmo”

PEDRO PASSOS COELHO
CANDIDATO A LÍDER DO PSD



José Sócrates e Teixeira dos Santos enfrentam contestação ao PEC

MENOS DESPESA

FUNCIONÁRIOS REDUZIDOS

► **A regra** “uma entrada por pelo menos duas saídas” na função pública poderá ter um rácio mais restritivo. Ou seja, “1 por três” em alguns sectores. Actualmente, em 685 mil efectivos (incluindo autarquias), o Governo planeia, por ano, retirar do activo pelo menos 16 mil funcionários públicos. O objectivo é levar a despesa dos actuais 13% da produção final do País (PIB) para os 10% do produto em 2013, quando o défice estacionar em 2,8%.

SALÁRIOS CONGELADOS

► **Contenção** de Teixeira dos Santos passa por congelar salários este ano e, nos próximos anos, usar a fórmula “aumentos abaixo da inflação”. Mas poderá estender o congelamento até 2013, caso seja necessário, convencer mercados e acelerar o percurso do desequilíbrio das contas do Estado. A forte contenção salarial – para além da redução dos efectivos – deverá gerar uma redução anual da despesa em cerca de cem milhões de euros até 2013.

APOIOS COM CORTES

► **Redução de estímulos** à economia terá já expressão orçamental no final deste ano, logo que surjam os primeiros sinais de retoma, induzida pela procura europeia. As chamadas medidas anticrise serão reformuladas. É previsível a retirada do alargamento do subsídio de desemprego e as diversas modalidades de subsídios às empresas que contraem jovens ou desempregados. As isenções parciais para a Segurança Social deverão ser revistas.

SUBSÍDIOS FISCALIZADOS

► **A factura** com os apoios aos desempregados custou 2,044 mil milhões de euros em 2009, mais 601 milhões de euros em relação a 2008. Uma factura explicada pela crise, mas, tal como Teixeira dos Santos, ainda ontem Helena André, ministra do Trabalho, deu a conhecer que vai limitar o subsídio de desemprego, incentivando as pessoas a aceitarem as propostas de trabalho que lhes são sugeridas pelos centros de emprego.

PENSÕES SEM AUMENTO

► **Os pensionistas** que recebem subvenções mensais inferiores a 200 euros – carreiras não contributivas – não serão aumentados até 2013. O mesmo sucede com os cerca de 400 mil beneficiários do rendimento social de inserção (RSI) e com os mais de 240 mil destinatários do complemento de idosos. Ou seja, os pensionistas com 200 euros (não contributivos) vão perder poder de compra no equivalente a mais de 13 euros mensais.



ANDRÉ KOSTERS-LUSA

Várias medidas do PEC sem 'sim' garantido na AR

PARLAMENTO Sendo uma certeza que o PEC será viabilizado na AR, já é tudo menos certo que as suas medidas mereçam igual destino

O PEC vai ser aprovado na Assembleia da República, mas incluindo várias propostas que, quando forem transformadas em propostas de lei pelo Governo, dificilmente serão viabilizadas no Parlamento. Por exemplo, medidas baixando o subsídio de desemprego para aqueles que, recebendo-o, não tenham o seu rendimento muito diminuído face ao que dispunham antes, quando estavam desempregados. "Temos de ajustar o nível de subsídio para um nível em que as pessoas tenham um incentivo para regressar à vida activa para aumentar o seu rendimento", disse ontem o ministro das Finanças, em entrevista ao *Jornal de Negócios*.

Outra matéria que parece merecer grandes reservas é a intenção de baixar os benefícios fiscais e os níveis de matéria colectável reembolsável. Paulo Portas, líder do CDS-PP – partido que faz maioria com o PS –, voltou ontem a afirmá-lo: "Como eu acho que a classe média já está depauperada e empobrecida, acho que esta política é errada. O CDS disse com toda a clareza que não contam connosco para um aumento de impostos sobre a classe média."

O Governo enfrenta, além do mais, a certeza de uma mudança de liderança no seu principal parceiro de negociação deste PEC, o PSD.

Pedro Passos Coelho, que várias

sondagens colocam como o dirigente social-democrata mais bem colocado para suceder a Manuela Ferreira Leite, mostrou-se contrário à ideia de aumentar os impostos. Interessa também como isso [pôr o défice nos 3% do PIB e controlar a dívida externa] se consegue e se tivermos de conseguir uma redução do défice público à custa do aumento dos impostos eu acho mal para Portugal. "Se o Governo está interessado em apresentar realmente um documento que seja mais consensual, não pode ser este", acrescentou, dando assim a entender que, se estivesse à frente do PSD, não viabilizaria a resolução que o PS vai apresentar.

O PS já começou a antecipar futuras dificuldades decorrentes de uma nova liderança do segundo maior partido. Francisco Assis fez ontem um apelo aos vários candidatos à liderança do PSD "para que revelem sentido de Estado e eoloquem o interesse superior do País acima dos interesses das suas candi-

daturas, porque esses são interesses muito momentâneos e efémeros". "Infelizmente, parece que os vários candidatos à liderança do PSD entraram numa disputa irresponsável de saber quem ataca mais o PS e o Governo. O PSD é um grande partido, é fundamental na nossa vida pública e nenhum candidato à liderança de uma força política com essa dimensão pode ter uma atitude irresponsável", afirmou.

Assis voltou a reafirmar que o PS recusa a adiar a discussão do PEC na AR (marcada para dia 25), sugestão feita no congresso do PSD por Pedro Passos Coelho. J. P.H.



Barroso lidera Comissão

Barroso diz que plano é credível

UNIÃO EUROPEIA O presidente da Comissão Europeia afirmou ontem, em Lisboa, que considera como "documento credível" o Programa de Estabilidade e Crescimento que o Governo vai em breve entregar a Bruxelas. Durão Barroso referiu que o plano "é ambicioso, mas exequível".

À margem de uma conferência sobre o Tratado de Lisboa, na Faculdade de Direito onde estudou, o ex-primeiro-ministro insistiu na necessidade de existir no País "um vasto consenso nacional e vontade política para que haja determinação na execução do PEC". E lembrou a situação económica de outros países, leia-se, Grécia. Isto numa altura em que a UE discute a aprovação de um mecanismo de ajuda aos gregos e em que o ministro das Finanças alemão já sugere a expulsão da Zona Euro dos países que violarem o limite de défice e despesa, ou seja, 3% e 60% do PIB.

Barroso, ex-líder do PSD, escusou-se a comentar a proposta de Pedro Passos Coelho, no sentido de adiar a votação do PEC até que seja eleito um novo líder para os sociais-democratas. "Não posso entrar no debate político-partidário português enquanto presidente da Comissão Europeia", referiu, antes de deixar a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

PATRICIA VIEGAS

MAIS RECEITA

IRS AUMENTA

► **Contribuintes** em IRS – o imposto sobre salários – alvo de aumentos de impostos são 3,3 milhões, num universo de 4,6 milhões. A classe média e média alta é atingida em cheio pelo aumento do imposto: entre os cem euros e os 700 euros anuais. Para os rendimentos acima dos 150 mil euros, surge uma taxa extraordinária de 45%. Os aumentos podem render ao Estado um encaixe extra de 400 milhões de euros anuais.

DEDUÇÕES DESCEM

► **Reformados** são penalizados nas deduções específicas em IRS (a convergência com os activos vai acelerar) e, para todos os contribuintes, as deduções fiscais (em educação e saúde) serão restringidas, tal como os benefícios fiscais: prémios de seguros vida, ramos reais (seguro de acidentes), juros com habitação e PPR serão limitados, com o aperto máximo a verificar-se nas classes de rendimentos mais elevadas, segundo declarações oficiais.

MAIS-VALIAS TAXADAS

► **Ações** detidas a mais de um ano perdem a isenção e passam a estar sujeitas a uma taxa liberatória – retida na fonte – de 20% a título de IRS. Actualmente, estão sujeitas a tributação (10%) as mais-valias detidas há menos de um ano. O Governo não revela os montantes esperados por esta tributação, já reclamada pela esquerda e prevista no programa eleitoral do PS, mas que resistiu a ser incorporada no Orçamento do Estado para este ano.

FISCO GARANTE ENCAIXE

► **Entre 2010 e 2013** o Executivo espera um crescimento médio anual próximo de 1,2% e perspectiva um acréscimo das receitas fiscais em linha com o crescimento nominal da economia, o que deverá corresponder, no mínimo, a uma subida anual de 2% nas receitas do fisco. Na prática, este encaixe tributário – em impostos directos e indirectos – deverá subir, já que este aumento de impostos será acompanhado do crescimento do emprego e do consumo.

EMPRESAS VENDIDAS

► **Reduzir** a dívida pública passa por vender empresas públicas. O encaixe previsto até 2013 é de seis mil milhões de euros, 3,6% do PIB previsto para este ano. Os efeitos sobre os orçamentos são indirectos, já que as mais-valias do Estado servem para "abater" à dívida pública e somatório dos défices orçamentais nos últimos anos. Na lista das privatizações estão empresas como a TAP, CTT, negócio dos seguros da CGD e participações em EDP, GALP e REN.



ID: 29296955

16-03-2010

programa de estabilidade e crescimento

No que o PEC vai mexer nos nossos bolsos

Famílias. O DN foi saber como é que as medidas do Programa de Estabilidade e Crescimento vão afectar os portugueses: dos que ganham o ordenado mínimo aos que ganham mais de 150 mil euros/ano

PATRÍCIA JESUS

Apesar de se sucederem notícias sobre redução de benefícios fiscais no IRS, das deduções com despesas de saúde e educação, ou da criação de um novo escalão, as consequências das medidas previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) na carteira dos portugueses ainda não são claras para muitas famílias.

O DN foi falar com vários contribuintes, para perceber como vão ser afectados pelo PEC: do administrador Jorge Armindo, que faz parte dos 1% de portugueses com rendimentos superiores a 150 mil euros e que vão pagar a nova taxa de 45% de IRS; a Paulo Inácio, que ganha 500 euros por mês; passando por Carlos Soares, um médico com oito filhos; ou José Duarte, que aguarda a revelação de quanto vão passar a custar as SCUT.

E mesmo sem contas feitas, há preocupações que se repetem: as famílias que falaram com o DN temem perder poder de compra e ver as suas dificuldades económicas agravadas. Ou as do País, onde não é difícil reconhecer os efeitos da crise. Uma crise que vai ser paga sobretudo pela classe média, dizem os fiscalistas. Joaquim Escoval, técnico da Autoeuropa, já tinha essa certeza: "Lá está a classe média a pagar a crise."



"Se meterem as portagens talvez deixe venda de peixe"

José Duarte ainda não sabe qual será o valor das portagens na A42 e A41, que ligam respectivamente Felgueiras e Paços de Ferreira ao litoral norte. Porém, este comerciante de peixe, residente em Marecos (Penafiel), acredita que se os valores forem semelhantes aos que são praticados na A4, então vai ter de despendir uma verba mensal na ordem dos 73 euros para pagar os cerca de 70 quilómetros diários que faz nestas vias.



"As portagens na A42 e na A41 vão ser mais um imposto na minha vida"

PERFIL

JOSÉ DUARTE
 > Comerciante de peixe
 > Tem 45 anos
 > **Tem um agregado familiar de quatro pessoas e a sua actividade rende 750 euros. Pode vir a gastar 73 em portagens.**

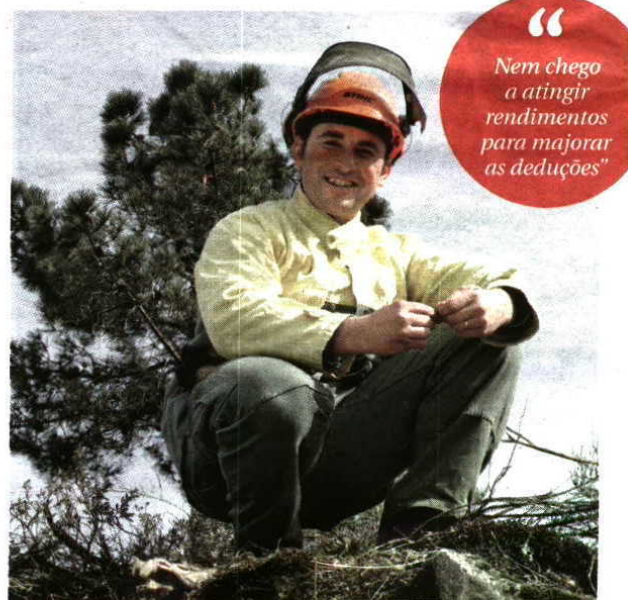
menos dinheiro e isto está a ficar muito complicado", desabafa. José Duarte não tem quaisquer dúvidas de que a introdução de portagens na A42 e na A41 vão significar mais um imposto a agravar a sua vida pessoal e profissional. **HELDER ROBALO**

"É sinal que ganho muito pouco!"

"Não ser abrangido pelo PEC é sinal que ganho muito pouco", dispara Paulo Inácio, de 30 anos, quando indagado sobre a medida. Casado e com dois filhos, o saporador florestal da Câmara de Vila Nova de Paiva leva "para casa, no final do mês, 500 euros" a que junta os 450 que a mulher, a trabalhar na hotelaria, ganha.

Sobre as medidas de austeridade, impostas pelo Programa, condescende que "talvez sejam necessárias, mas caem sempre sobre os mesmos. No meu caso, que nem chego a atingir rendimentos para majorar as deduções, pouca diferença faz, mas não é uma boa notícia é antes o reconhecimento que ganho mal". O saporador florestal lembra que "já em 2009 não houve aumentos" e "progressão na carreira nem vê-la".

Com os filhos, "um na creche que é paga e outro no ensino primário, as despesas estão sempre a aumentar". Paulo Inácio paga mensalmente "200 euros de renda, mais água luz e gás e ainda os 50 da creche". As despesas "têm de ter em conta ainda os dois automóveis, porque eu e a minha mulher trabalhamos longe de casa". Com "ordenados tão pequenos sobram dias e



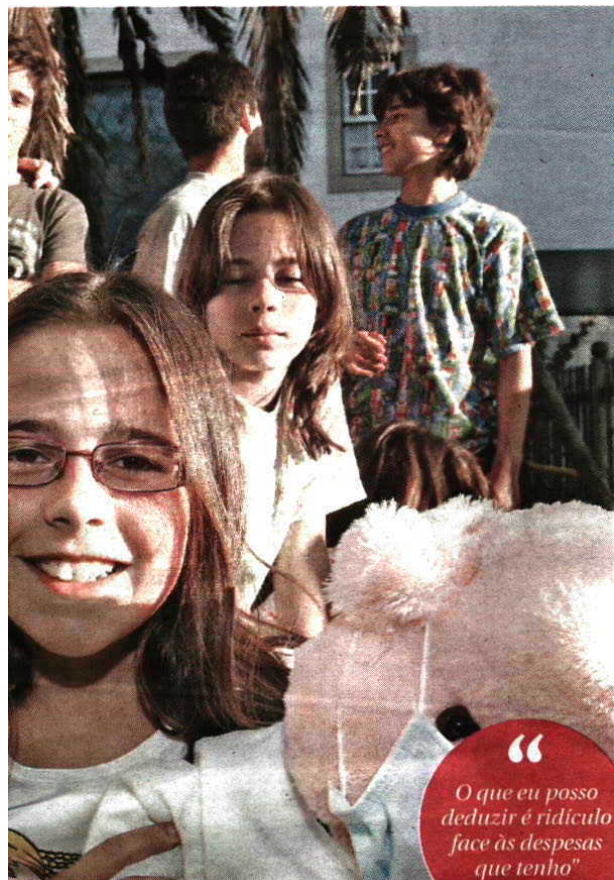
"Nem chego a atingir rendimentos para majorar as deduções"

falta salário" diz a brincar. Mais a sério lembra que "há muitos trabalhadores que não são abrangidos por essas medidas porque já ganham tão mal, que não tem onde se cortar. Isso é que é triste".

Os baixos salários "são um problema constante, até para o banco". Em causa "uma casa que tencionava comprar, agora que os juros estão baixos, para reduzir os custos com a renda". **AMADEU ARAÚJO**

PERFIL

PAULO INÁCIO
 > Tem 30 anos e é saporador florestal da Câmara de Vila Nova de Paiva
 > O agregado familiar é composto por ele, a mulher e dois filhos pequenos
 > **Ganha menos de 500 euros e não é afectado**



“O que eu posso deduzir é ridículo face às despesas que tenho”

“Vamos ter cuidado para não passar de escalão”

Carlos Soares tem oito filhos e este ano está convencido que terá mais um: o PEC. “Vai ser mais um encargo”, diz. O médico de 47 anos reconhece que está entre os portugueses que não se podem queixar do que ganham. Juntamente com a mulher, que também é médica, o rendimento mensal da família passa normalmente os 8000 euros.

PERFIL

CARLOS SOARES

- Tem 47 anos e é médico
- O agregado familiar é composto pelo casal mais oito filhos
- Vai perder dinheiro com a redução nas deduções com saúde e educação

“Quem olhar para o nosso rendimento fixo deve pensar que temos dois iates. Mas somos dois a trabalhar para dez”, explica. “E numa família com oito filhos entre os 7 e os 18 é preciso trabalhar muito, de dia e de noite. Os rendimentos sobem e o Estado diz ‘cá está uma família com rendimentos’ e leva grande parte do dinheiro”. Por isso, este ano, vai ter “cuidado para não passar de escalão”. “Não vale a pena arranjar outro emprego ou trabalhar mais horas e depois perder o dinheiro em impostos”, conclui.

Quanto à diminuição das deduções fiscais com a educação, ainda não fez contas, mas acha que não vai ter muita influência no IRS do próximo ano. “Toda a fiscalidade do nosso País está pensada para uma família com um ou dois filhos. O que eu posso deduzir é ridículo face às despesas que tenho”, argumenta. Os gastos são tão

grandes, a multiplicar por oito, que não consegue ter reflexos no IRS. Já quanto às despesas com a saúde, teme que tenham mais impacto na gestão da “pequena empresa” que é a sua família.

Apesar de considerar que o PEC “é essencial para o futuro do País e dos filhos”, alerta que o esforço devia ser repartido pelo 10 milhões de portugueses. E que as famílias numerosas vivem “com um pé em cima do pescoço” há muitos anos. “Não queria benesses, apenas um sistema mais justo”, conclui o médico.

Por outro lado tem receio do aumento das taxas de juro do crédito à habitação, previsto no PEC. “Apesar da crise, muitas famílias conseguiram respirar graças à descida da prestação da casa. Se começa a subir novamente vai ser um desgraça.”



“Concordo perfeitamente com a nova regra. É uma boa medida”

“Vou ter um agravamento de 5%”

Jorge Armindo, presidente executivo da Amorim Turismo, afirma que vai ser penalizado com a nova taxa de IRS prevista no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC). “Vou ter um aumento de taxa. É algo que já tem acontecido nos últimos anos, vou ter um agravamento de 5% no IRS”, diz o gestor.

No entanto, Jorge Armindo concorda com esta medida que aumenta a taxa de imposto para quem ganha mais de 150 mil euros ao ano: “Significa que tenho um nível de vida acima da maioria dos portugueses”, salienta o responsável, que aceita ter de pagar mais imposto ao Estado.

Apesar desta ser a única medi-

da que o afecta, este responsável aponta o dedo enquanto gestor a uma das novas regras do PEC no que toca às empresas. “Até agora, o reporte fiscal permitia que uma empresa que registasse prejuízos os pudesse deduzir nos lucros durante os seis anos seguintes. Com as novas normas, este limite vai passar para quatro anos, o que significa que os resultados das empresas vão piorar no próximo ano, e vai ser mais difícil para estas saírem da crise”, explica Jorge Armindo.

O presidente executivo da Amorim Turismo refere ainda que esta é uma má medida para o Estado, pois é perversa: “A receita colectável das empresas vai descer,

PERFIL

JORGE ARMINDO

- Presidente da Amorim Turismo, presidente do Conselho de administração da Edifer e administrador da Estoril-Sol
- Tem 57 anos
- Ganha mais de 150 mil euros por ano. IRS agravado em 5%

devido a piores resultados, o que vai implicar uma diminuição das receitas do Estado”. “É importante cortar nas despesas e nos benefícios, mas é preciso ter em conta os incentivos à economia”, conclui o gestor. M.J.E.

“Lá está a classe média a pagar a crise”

Mesmo que a nova a carga fiscal e o aumento do preço dos combustíveis representem uma perda de 50 a 70 euros mensais - fazendo as contas por baixo - no orçamento familiar de Joaquim Escoval, isso já terá um grande impacto na vida do operário.

Este técnico de manutenção da Autoeuropa, em Palmela, admite que “vai fazer uma grande diferença” nas contas do agregado familiar, composto por três pessoas. “Vamos perder mais poder de compra e é claro que nenhuma família está preparada para isso”, lamenta.

Aos 52 anos, este operário está “cansado” de ouvir os sucessivos governos exigirem “sacrifícios” à população, em nome da aproximação à Europa, “mas a carga fiscal que nos tem sido imposta ao longo



“Vamos perder mais poder de compra e nenhuma família está preparada”

dos tempos demonstram que estamos cada vez mais longe desse objectivo”, sustenta Joaquim Escoval.

O operário da Autoeuropa mostra-se particularmente agastado com o anúncio em torno do preço dos combustíveis.

“Não houve nenhuma guerra, nem nenhum tufão. Como é que se percebe uma coisa destas”, questiona, garantindo que os próprios trabalhadores da Autoeuropa vão ficar “condicionados” quando chegar a hora de negociarem os aumentos salariais.

É que por um lado têm aumento do preço dos combustíveis, mas por outro têm também a falta de aumentos para a Função Pública, que serve como modelo negativo.

“É lógico que as empresas privadas vão pegar no exemplo da Função Pública para aumentarem o menos possível”, diz. “E aqui lá está a classe média, novamente a pagar a crise”, lamenta Joaquim Escoval.

PERFIL

JOAQUIM ESCOVAL

- Técnico de Manutenção da Autoeuropa, tem 52 anos
- O agregado tem três pessoas
- Aumento da carga fiscal dos combustíveis representa perda de 50 a 70 euros/mês

ROBERTO DORES



LUIS COSTA CARVALHO

Como o PEC vai mexer no bolso das famílias portuguesas

EXEMPLOS. O empresário Jorge Armindo passa para o novo escalão de 45% de IRS. O médico Carlos Soares (foto) vai ver limitadas as deduções fiscais da educação dos oito filhos. O comerciante de peixe José Duarte passa a pagar portagem nas Scut. E o empregado da Autoeuropa Joaquim Escoval gastará mais 50 a 70 euros em combustíveis. Só o bombeiro Paulo Inácio consegue escapar às medidas do PEC, ontem entregue aos partidos. ACTUAL, PÁGS. 2 A 5